

DIGITALIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS JOVENS NOS PROCESSOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA SADC

26.^a Conferência Geral Anual do Fórum de Comissões Eleitorais
dos Países da SADC

Documento Orientativo N.^o 35, 2025



DIGITALIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS JOVENS NOS PROCESSOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA SADC

**26.ª Conferência Geral Anual do Fórum de Comissões Eleitorais
dos Países da SADC**

Documento Orientativo N.º 35, 2025

© 2025 Institut international pour la démocratie et l'assistance électorale

As publicações do International IDEA são independentes de interesses nacionais ou políticos específicos. as opiniões expressas nesta publicação não representam necessariamente as opiniões do International IDEA, da sua administração ou dos membros do seu conselho, ou a ECONEC.



À l'exception des images et photos de tiers, la version électronique de la présente publication est disponible sous Creative Commons Licence (CCL)—Creative Commons Attribution—NonCommercial—ShareAlike 4.0 Licence. Vous pouvez librement partager cette publication ou en faire des travaux dérivés uniquement à des fins non commerciales, et à condition d'en avoir correctement nommé les sources et de les diffuser sous une licence identique à celle-ci. Pour de plus amples informations sur cette licence, veuillez consulter : <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>>.

IDEA International
Strömsborg
SE-103 34 Stockholm
SUÈDE
Téléphone: +46 8 698 37 00
Courriel: info@idea.int
Site Internet: <<https://www.idea.int>>

Illustration de la couverture: Photo by EFC SADC.
Graphisme: IDEA International

DOI: <<https://doi.org/10.31752/idea.2025.93>>
ISBN: 978-91-8137-068-3 (édition PDF)

Agradecimentos

O Fórum de Comissões Eleitorais dos Países da SADC (ECF-SADC) agradece encarecidamente os contributos de todos os participantes e parceiros envolvidos no seminário realizado em 11 de dezembro de 2024, nas Seicheles, como parte da 26.^a Conferência Geral Anual (CGA). Estendemos o nosso sincero apreço a:

- o distinto painel de especialistas em eleições regionais e internacionais que partilharam os seus inestimáveis pontos de vista e conhecimentos técnicos;
- os peritos eleitorais, responsáveis políticos e partes interessadas de toda a região da SADC que participaram ativamente nos debates;
- os presidentes dos órgãos de gestão eleitoral, diretores-gerais de eleições e pessoal de apoio que contribuíram com os seus conhecimentos e experiências;
- os nossos parceiros regionais e internacionais pelo apoio e pela colaboração contínuos;
- o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA) pelo seu apoio através do projeto “Fortalecer as capacidades pan-africanas para a observação e a assistência eleitorais” (SPEC), financiado pela União Europeia; e
- A Comissão Eleitoral das Seicheles por organizar este importante evento.

São devidos agradecimentos ao Presidente Wavel Ramkalawan das Seicheles, por inaugurar oficialmente a conferência e por realçar o papel crucial dos órgãos de gestão eleitoral na defesa da integridade democrática em toda a região da SADC.

Este documento orientativo é uma prova do esforço coletivo e do compromisso partilhado de promover a digitalização e o envolvimento dos jovens nos processos eleitorais em toda a região da SADC. Os pontos de vista e recomendações aqui apresentados refletem o espírito colaborativo e a experiência de todos os envolvidos nesse significativo evento.

Table des matières

| | |
|--|------------|
| Agradecimentos | iv |
| Abreviaturas..... | vii |
| Resumo executivo | 1 |
| Introdução..... | 5 |
| Capítulo 1 | |
| Digitalização e envolvimento da juventude nos processos eleitorais na | |
| região da SADC | 7 |
| 1.1. Tendências emergentes na participação jovem na África Austral | 7 |
| 1.2 O futuro da digitalização e dos processos eleitorais: navegar as | |
| mudanças rápidas e os desafios emergentes | 9 |
| Capítulo 2 | |
| Digitalização e eleições na África Austral | 11 |
| 2.1 Comunicações estratégicas dos OGE no contexto dos meios digitais ... | 11 |
| 2.2 Apoiar os OGE africanos no aperfeiçoamento das capacidades de | |
| cibersegurança..... | 13 |
| 2.3 Impacto de género da IA nas mulheres e nas eleições | 14 |
| Capítulo 3 | |
| Participação dos jovens nos processos eleitorais e implicações para | |
| eleições futuras..... | 16 |
| 3.1 Ensinamentos de 2024 como grande ano eleitoral em termos de | |
| afluência às urnas e participação dos jovens na África Austral | 16 |
| 3.2 Digitalização e envolvimento dos jovens nos processos eleitorais | 18 |
| Capítulo 4 | |
| Estudo de caso: iniciativas em curso para promover a participação eleitoral | |
| da juventude na região da SADC | 20 |
| 4.1 Responsabilidades dos jovens nos processos eleitorais – um estudo de | |
| caso das Seicheles | 20 |
| Capítulo 5 | |
| Recomendações de políticas | 23 |
| Capítulo 6 | |
| Conclusões | 31 |
| Referências | 34 |
| Sobre a IDEA International | 36 |

Abreviaturas

| | |
|-----------------|--|
| IA | Inteligência artificial |
| CIREN | Rede Eleitoral de Resiliência Cibernética e Informativa (Cyber and Information Resilience Elections Network) |
| ECF-SADC | Fórum de Comissões Eleitorais dos Países da SADC |
| OGE | Órgão de gestão eleitoral |
| ONG | Organização não governamental |
| SADC | Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community) |
| SNYA | Assembleia Nacional da Juventude das Seicheles (Seychelles National Youth Assembly) |
| SNYC | Conselho Nacional da Juventude das Seicheles (Seychelles National Youth Council) |
| OSC | Organização da sociedade civil |

RESUMO EXECUTIVO

Este documento orientativo sintetiza pontos de vista de um distinto painel de especialistas em eleições regionais e internacionais que fizeram apresentações no seminário de 11 de dezembro de 2024 nas Seicheles. O seminário, uma componente fulcral da 26.ª Conferência Geral Anual (CGA) organizada pelo Fórum de Comissões Eleitorais dos Países da SADC (ECF-SADC), centrou-se em dois temas críticos: a digitalização e o envolvimento dos jovens nos processos eleitorais na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A reunião congregou:

- peritos eleitorais;
- responsáveis políticos;
- partes interessadas de toda a região da SADC;
- presidentes de órgãos de gestão eleitoral e diretores-gerais de eleições;
- pessoal de apoio; e
- parceiros regionais e internacionais.

O seminário foi apoiado pelo Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA) através do projeto “Fortalecer as capacidades pan-africanas para a observação e a assistência eleitorais” (SPEC), financiado pela União Europeia.

PANORÂMICA DO DOCUMENTO ORIENTATIVO

Este documento orientativo abrangente:

- sintetiza os contributos do painel de especialistas que apresentaram artigos no seminário;

- facilita recomendações de políticas direcionadas; e
- oferece pontos de atuação específicos para várias partes interessadas eleitorais.

O foco na digitalização reflete a crescente importância da tecnologia nos processos eleitorais modernos. O documento orientativo explora o modo como as ferramentas e plataformas digitais estão a transformar vários aspectos das eleições: do registo dos eleitores e da divulgação de informações à contagem dos votos e à transmissão dos resultados. O documento aborda as oportunidades e os desafios resultantes da digitalização, incluindo a melhoria da eficiência e da transparência, bem como as preocupações com a cibersegurança e a clivagem digital.

Igualmente crucial é a ênfase no envolvimento dos jovens, reconhecendo a relevância demográfica dos eleitores jovens na região da SADC. O resumo descreve estratégias para aumentar a participação dos jovens nos processos eleitorais, não apenas como eleitores, mas também como candidatos, responsáveis eleitorais e educadores cívicos. Tal foco reconhece a necessidade de aproveitar a energia e as perspetivas dos jovens no sentido de robustecer os processos democráticos e assegurar a sustentabilidade a longo prazo dos sistemas eleitorais.

QUESTÕES FULCRAIS EMERGENTES

Com base nas conclusões obtidas das principais questões temáticas debatidas, este resumo realça a necessidade crítica de lidar com a digitalização e o envolvimento dos jovens nos processos eleitorais da África Austral. As discussões e conclusões do documento orientativo sublinharam vários pontos fulcrais que fundamentaram as principais recomendações de políticas identificadas neste resumo:

1. A transformação digital dos processos eleitorais acarreta oportunidades e desafios significativos para os órgãos de gestão eleitoral, obrigando a uma abordagem equilibrada e estratégica na implementação.
2. O envolvimento dos jovens nos processos eleitorais está a evoluir, com uma transição para formas não tradicionais de participação política que exigem estratégias inovadoras dos órgãos de gestão eleitoral e de outras partes interessadas.
3. A cibersegurança surgiu como preocupação primordial, necessitando de medidas robustas e cooperação regional para proteger a integridade das eleições.

4. O impacto de género da inteligência artificial (IA) nas mulheres com atividade política exige atenção urgente e intervenções direcionadas para assegurar uma participação equitativa.
5. Há uma necessidade premente de programas de educação cívica e literacia digital abrangentes, com vista a capacitar os jovens e aprimorar a sua participação nos processos democráticos.

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

1. Digitalização nas eleições

Os órgãos de gestão eleitoral têm de desenvolver estratégias de IA abrangentes para alavancar os benefícios sem deixar de atenuar os riscos. Tal envolve a implementação de medidas robustas de cibersegurança para proteger a integridade eleitoral. Além disso, é necessário fazer face à violência de género facilitada pela IA na política, bem como aumentar a transparência e a responsabilização nos processos eleitorais alimentados por IA.

2. Envolvimento dos jovens

A definição de juventude no contexto africano deve ser reconsiderada, centrando atenções na aptidão e na capacidade, e não apenas na idade. Para melhorar a participação dos jovens, devem ser implementados programas de literacia digital e as plataformas para o envolvimento dos eleitores devem ser aperfeiçoadas. São cruciais o contacto de sensibilização direcionado para os jovens marginalizados e métodos criativos para a educação dos eleitores. Além disso, a organização de fóruns anuais e as parcerias com escolas e organizações não governamentais (ONG) para iniciativas de educação cívica contínuas podem ajudar a sustentar o envolvimento dos jovens no processo eleitoral.

3. Cibersegurança

Para enfrentar os desafios da cibersegurança, deve ser estabelecida uma rede regional semelhante à Rede Eleitoral de Resiliência Cibernética e Informativa. Tal rede fomentaria a colaboração entre órgãos de gestão eleitoral, empresas tecnológicas e parceiros da sociedade civil. O desenvolvimento de abordagens padronizadas para as ameaças de cibersegurança também é essencial para assegurar uma resposta unificada em toda a região.

4. Género e IA

Devem ser implementadas políticas de tolerância zero para o discurso de ódio e o abuso nas plataformas legislativas e dos candidatos. Devem ser adotados códigos de conduta que censurem os abusos baseados no género por parte de funcionários públicos e candidatos eleitorais. As empresas tecnológicas devem ser incentivadas a contratar equipas diversificadas para programação de sistemas de IA que refletem melhor

as visões sociais, assegurando uma abordagem mais inclusiva ao desenvolvimento da IA no contexto eleitoral.

5. Cooperação Regional

É crucial a promoção da harmonização gradual da legislação e das melhores práticas eleitorais em toda a região da SADC. Tal inclui a partilha de experiências e melhores práticas na gestão eleitoral, em particular na resposta aos desafios digitais. Ao fomentar a cooperação regional, os países podem aprender entre si e desenvolver sistemas eleitorais mais robustos e mais bem equipados para lidar com as complexidades das eleições modernas.

Uma característica que distingue este resumo é o seu foco na praticidade, ao facultar recomendações específicas e exequíveis adaptadas a diferentes entidades do ecossistema eleitoral. Tal abordagem assegura que as ideias possam ser implementadas com eficácia em vários níveis da gestão e da supervisão eleitorais. O resumo vai mais além, delineando pontos de ação concretos para diferentes partes interessadas, incluindo órgãos de gestão eleitoral, governos nacionais, partidos políticos, organizações da sociedade civil, meios de comunicação social e parceiros internacionais e regionais. Ao especificar funções e responsabilidades, o documento orientativo funciona como um roteiro para esforços coordenados no sentido de aprimorar os processos eleitorais, tornando-o um recurso valioso para todos os envolvidos no cenário eleitoral.

INTRODUÇÃO

Com a região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) a navegar numa era de avanço tecnológico sem precedentes e de demografia em evolução, a interseção da digitalização e do envolvimento dos jovens nos processos eleitorais tornou-se uma área de interesse fundamental. Este documento orientativo sintetiza pontos de vista de um distinto painel de especialistas em eleições regionais e internacionais que fizeram apresentações num seminário realizado em 11 de dezembro de 2024, nas Seicheles, uma componente fulcral da 26.ª Conferência Geral Anual (CGA) organizada pelo Fórum de Comissões Eleitorais dos Países da SADC (ECF-SADC). O seminário reuniu peritos eleitorais, responsáveis políticos, partes interessadas de toda a região da SADC, presidentes de órgãos de gestão eleitoral (OGE) e diretores-gerais de eleições, pessoal de apoio e parceiros regionais e internacionais, com apoio do International IDEA através do projeto “Fortalecer as capacidades pan-africanas para a observação e a assistência eleitorais” (SPEC), financiado pela União Europeia (International IDEA, n.d.).

Este documento orientativo funciona como um roteiro para melhorar os processos eleitorais na região da SADC, reconhecendo que os jovens não são apenas recetores passivos de políticas, mas agentes ativos de mudança. Conforme apropriadamente mencionado no manual do Programa das Nações Unidas sobre a participação da juventude, destinado aos OGE, os jovens estabelecem as prioridades para o futuro que desejam, com particular destaque para a educação, o emprego e os governos honestos e reativos (Beeckmans e Matzinger, 2017). Os jovens exigem cada vez mais uma participação mais relevante nos processos de tomada de decisões, para terem uma palavra a dizer na definição do seu futuro. Porém, apesar do seu potencial, a participação e a representação dos jovens nos espaços políticos e eleitorais continuam a ser limitadas em toda a região da SADC. Este documento orientativo defende que os OGE têm de desempenhar um papel crucial no aperfeiçoamento da participação política dos jovens, a fim de assegurar que estes sejam adequadamente representados nas instituições,

Este documento orientativo funciona como um roteiro para melhorar os processos eleitorais na região da SADC, reconhecendo que os jovens não são apenas recetores passivos de políticas, mas agentes ativos de mudança.

nos processos e na tomada de decisões da área política, em especial nas eleições.

Este documento orientativo explora estratégias, boas práticas e pontos de entrada para os OGE fomentarem a participação dos jovens ao longo do ciclo eleitoral e assegurarem que o potencial dos jovens enquanto fatores de mudança se concretize plenamente. Analisa o potencial transformador da digitalização nas eleições, sem deixar de reconhecer os desafios a ela inerentes, incluindo as ameaças à cibersegurança, a clivagem digital e a disseminação de desinformação. Além disso, trata da questão crucial da igualdade de género na esfera digital, em particular no contexto das tecnologias alimentadas por inteligência artificial (IA).

**Em última análise,
este documento
orientativo
visa facultar
recomendações
exequíveis para que
os OGE, governos,
organizações da
sociedade civil
e outras partes
interessadas criem
processos eleitorais
mais inclusivos,
transparentes
e seguros que
capacitem os jovens
e robusteçam as
bases da democracia
na África Austral.**

Em última análise, este documento orientativo visa facultar recomendações exequíveis para que os OGE, governos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas criem processos eleitorais mais inclusivos, transparentes e seguros que capacitem os jovens e robusteçam as bases da democracia na África Austral. Ao abraçar a inovação, fomentar a colaboração e privilegiar as vozes dos jovens, a região da SADC pode aproveitar o poder da digitalização para construir um futuro mais brilhante e democrático para todos.

ÁREAS DE FOCO PRINCIPAIS

1. *Digitalização nas eleições.* Explorar as oportunidades e os desafios do aproveitamento das ferramentas digitais para o registo de eleitores, a disseminação de informações, a contagem de votos e a transmissão de resultados.
2. *Envolvimento dos jovens.* Identificar estratégias para aumentar a participação dos jovens enquanto eleitores, candidatos, funcionários eleitorais e educadores cívicos.
3. *Cibersegurança.* Enfrentar as crescentes ameaças à integridade eleitoral na era digital e promover a cooperação regional para atenuar os riscos.
4. *Igualdade de género.* Examinar o impacto de género da IA nas mulheres com atividade política e patrocinar políticas que promovam a participação equitativa.

Este documento orientativo facilita recomendações de políticas direcionadas e pontos de ação específicos para várias partes interessadas eleitorais. Destina-se a servir como guia prático para fomentar processos eleitorais mais inclusivos, seguros e tecnologicamente avançados na região da SADC, fortalecendo em última instância as bases da democracia na África Austral.

Capítulo 1

DIGITALIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE NOS PROCESSOS ELEITORAIS NA REGIÃO DA SADC

1.1. TENDÊNCIAS EMERGENTES NA PARTICIPAÇÃO JOVEM NA ÁFRICA AUSTRAL

A África Austral tornou -se um viveiro de envolvimento político dos jovens, com países como a África do Sul, o Botsuana, a Namíbia e a Zâmbia a testemunharem uma vaga de participação da juventude nos processos eleitorais. Essa transformação é impulsionada pelo uso inovador da tecnologia e pelo desejo crescente de envolvimento político. Os jovens estão a potencializar as redes sociais para se organizarem em torno de questões políticas cruciais, conforme visto em movimentos como o "Fees Must Fall" da África do Sul (Bosch, 2017) e o "This Flag" do Zimbabwe (Mawarire, 2025).

Essa vaga de ativismo juvenil está a converter-se em representação política tangível, como se vê na África do Sul. Em toda a região, os jovens candidatos estão não apenas a contestar eleições, mas também a obter vitórias, trazendo perspetivas novas e liderança reativa para o cenário político. Além da política eleitoral, os jovens estão a organizar-se para chamar dirigentes à responsabilidade e defender várias causas sociais. A Coligação de Justiça Social na África Austral, o movimento das sanitas na Cidade do Cabo (Robins, 2014) e os movimentos ativistas na Zâmbia, que exigem representação e prestação de contas, são exemplos notáveis dessa tendência. Além disso, o movimento de justiça climática, liderado predominantemente por jovens, emergiu como uma força significativa na região.

À luz desses desenvolvimentos, as comissões eleitorais têm de adaptar a sua abordagem para um melhor envolvimento com o segmento demográfico da juventude. Devem envolver ativamente os jovens no processo eleitoral, reconhecendo o seu potencial não apenas como eletores, mas como funcionários eleitorais valiosos. O aproveitamento dos jovens como parceiros é outra estratégia essencial, conforme demonstrado pelo sucesso das campanhas lideradas por jovens nas redes sociais para mobilização

A África Austral tornou -se um viveiro de envolvimento político dos jovens, com países como a África do Sul, o Botsuana, a Namíbia e a Zâmbia a testemunharem uma vaga de participação da juventude nos processos eleitorais.



Orador: Mpaiphele Maqutu, Diretor Executivo da Comissão Eleitoral Independente (CEI), Lesoto.

de pares em países como o Botsuana e a Zâmbia (União Africana, 2020). Para assegurar uma participação sustentada e relevante da juventude, as comissões eleitorais devem privilegiar o desenvolvimento de estratégias abrangentes de envolvimento dos jovens, criadas e implementadas em conjunto com os próprios.

Essa abordagem multifacetada ao envolvimento cívico, que combina ativismo digital, participação política e organização das bases, demonstra a determinação dos jovens na configuração do futuro da África Austral. Ao evoluírem, essas tendências prometem redefinir o cenário político e social da região, assegurando que os jovens desempenhem um papel crucial nos processos de tomada de decisões. Cabe agora às instituições e aos dirigentes políticos o desafio de se adaptarem e criarem espaços relevantes para o enérgico e politicamente consciente segmento demográfico dos jovens, reconhecendo o seu potencial para moldar significativamente o futuro da democracia na África Austral.

1.2 O FUTURO DA DIGITALIZAÇÃO E DOS PROCESSOS ELEITORAIS: NAVEGAR AS MUDANÇAS RÁPIDAS E OS DESAFIOS EMERGENTES

Numa era de avanço tecnológico sem precedentes e mudanças geopolíticas, o cenário dos processos eleitorais está a passar por uma transformação profunda. Em perspetiva, é crucial que antevejamos as rápidas mudanças causadas pela tecnologia e pela política global e que nos preparemos para elas. Além disso, a interação entre vigilância digital, censura e violência estatal está a redefinir o ambiente eleitoral, dando origem a situações distintas que desafiam a integridade e a justiça dos processos eleitorais. Tais situações variam da “internet aberta”, com ameaças subtils através de monitorização generalizada, ao “acesso restrito”, com censura direcionada, e, no limite, ao “desligamento total”, que envolve a interrupção completa do serviço de internet. Consoante evoluem, esses cenários digitais criam desafios complexos à manutenção da integridade democrática (Watson e Habte, 2024).

Essa transformação digital estende-se ao aparecimento dos mercados de dados comerciais como componentes críticos da infraestrutura política. África, em particular, está na vanguarda da implementação de tecnologias de inspeção profunda de pacotes (DPI, ou *deep packet inspection*) e sistemas de identificação digital, os quais, ao mesmo tempo que oferecem benefícios potenciais, também apresentam riscos significativos para a privacidade e a integridade eleitoral (Musoni, 2024). A interconectividade dos mercados globais criou um novo paradigma de vulnerabilidade, aumentando o potencial para influências transfronteiriças nos processos eleitorais.

O cenário das redes sociais também está a passar por mudanças significativas, marcadas pelo aumento da fragmentação e por uma transição para plataformas codificadas. A IA está a desempenhar um papel fundamental nessa evolução ao ser implantada para várias finalidades, que vão da melhoria do envolvimento do utilizador a aplicações mais controversas, como a disseminação de propaganda. As principais empresas tecnológicas estão a afastar-se das políticas de dados abertos e dos compromissos para com a democracia, alterando potencialmente a dinâmica das eleições futuras e da participação democrática.

Essas mudanças rápidas no cenário da democracia e dos direitos humanos estão a ocorrer a um ritmo que desafia os mecanismos reguladores e adaptativos tradicionais. Com o mundo a olhar para o futuro, é crucial distinguir entre o sensacionalismo em torno da IA e as respetivas capacidades e implicações reais para os processos eleitorais.

Em resposta a tais desafios, estão a surgir iniciativas como a Rede Eleitoral de Resiliência Cibernética e Informativa (CIREN). Lançada pela Fundação Internacional de Sistemas Eleitorais (IFES), a CIREN congrega partes interessadas fulcrais para combater a crescente sofisticação dos ataques cibernéticos e de desinformação aos processos eleitorais (Musoni, 2024). Funciona como plataforma vital para a colaboração e a partilha de

Com o mundo a olhar para o futuro, é crucial distinguir entre o sensacionalismo em torno da IA e as respetivas capacidades e implicações reais para os processos eleitorais.

conhecimento, organizando eventos que unem os OGE com gigantes da tecnologia como a Google, a Microsoft e a Amazon.

Consoante o mundo navega pelo futuro da digitalização nos processos eleitorais, é imperativo que nos mantenhamos vigilantes e adaptáveis. A rápida cadência da mudança tecnológica, juntamente com a alteração da dinâmica geopolítica, exige uma abordagem exaustiva e voltada para o futuro a fim de assegurar a integridade, a transparência e a justiça das eleições em todo o mundo. Através de cooperação global contínua, o mundo pode trabalhar para proteger os processos democráticos nesta era cada vez mais digital.

Capítulo 2

DIGITALIZAÇÃO E ELEIÇÕES NA ÁFRICA AUSTRAL

2.1 COMUNICAÇÕES ESTRATÉGICAS DOS OGE NO CONTEXTO DOS MEIOS DIGITAIS

No cenário digital em rápida evolução, os OGE são confrontados com um complexo leque de oportunidades e desafios apresentados pelas tecnologias de IA. Consoante navegam nesse novo terreno, os OGE têm de ponderar cuidadosamente como aproveitar o potencial da IA sem deixarem de proteger a integridade eleitoral no campo dos meios digitais e das comunicações estratégicas.

Na linha da frente dessas considerações está o paradoxo de segurança da IA. Os OGE têm de obter um equilíbrio delicado entre a resposta às vulnerabilidades de cibersegurança originadas pela digitalização e pela IA e o aproveitamento dessas mesmas tecnologias para melhorar a segurança das eleições. A implementação de sistemas de segurança robustos e com vários níveis e a utilização da IA para avaliação e monitorização das ameaças são cruciais nesse esforço (Musoni, 2024).

A personalização através da IA constitui outro desafio crítico. Embora a IA possibilite a educação dos eleitores e as campanhas políticas adaptadas aos públicos-alvo, os OGE têm de privilegiar a diligência dos eleitores e estabelecer diretrizes claras. Tal inclui a implementação de regras que visem a transparência e estabeleçam limites nas capacidades de microdirecionamento para manter a justiça e a transparência ao longo do processo eleitoral. A IA também oferece um potencial significativo para otimizar a eficiência dos OGE. Ao analisar estatísticas, resumir documentos e facilitar traduções, a IA pode simplificar a atividade e melhorar os processos de tomada de decisões. Porém, para atenuar os riscos associados, os OGE devem exigir que os fornecedores demonstrem a realização de auditorias algorítmicas, o uso de dados diversificados e o respeito pelos direitos autorais (Harmon, 2024).

Os OGE têm de obter um equilíbrio delicado entre a resposta às vulnerabilidades de cibersegurança originadas pela digitalização e pela IA e o aproveitamento dessas mesmas tecnologias para melhorar a segurança das eleições.



Da esquerda para a direita: Antony Banbury, IFES; Sy Mamabolo, CEI da África do Sul; Maureen Sibanda, ONU Mulheres; e Guy Berger, consultor independente e perito em meios de comunicação e política digital.

No campo da comunicação, os OGE devem usar de cautela ao lidar com as soluções alimentadas por IA. A limitação das respostas geradas pela IA a respostas fixas no estilo de perguntas frequentes e o direcionamento de consultas complexas para operadores humanos podem assegurar uma disseminação rigorosa das informações, mantendo o toque humano essencial nas interações com eleitores.

Um dos desafios mais prementes será possivelmente a proliferação de desinformação gerada por IA. Para a combater, os OGE devem desenvolver estratégias abrangentes, incluindo códigos de conduta para partidos políticos, utilização de IA para detetar e sinalizar conteúdo falso, monitorização de informações falsas geradas por IA e envolvimento com plataformas de redes sociais para satisfazer compromissos de combate à desinformação.

Para dar uma resposta eficaz a esses desafios relacionados com a IA, os OGE devem adotar uma abordagem estratégica e abrangente. Tal inclui a condução de avaliações meticulosas de riscos de direitos humanos e a definição de prioridades em matéria de estratégias de utilização e resposta de IA. É crucial o estabelecimento de sistemas robustos para monitorização, relato e resposta em relação a problemas relacionados com IA, tal como a manutenção de uma incidência rigorosa de atenções na qualidade e na representatividade dos dados.

Além disso, os OGE devem privilegiar a transparência nas suas atividades relacionadas com IA, formar parcerias estratégicas com empresas tecnológicas e entidades de verificação de factos e aumentar a literacia sobre IA entre os funcionários, candidatos eleitorais, forças policiais e público em geral. Esse tipo de abordagem holística dos OGE pode ajudar proativamente a gerir os desafios relativos à IA, maximizando os seus benefícios potenciais e assegurando que a IA funcione como uma ferramenta poderosa para robustecer os processos democráticos, em vez de os prejudicar (Musoni, 2024).

2.2 APOIAR OS OGE AFRICANOS NO APERFEIÇOAMENTO DAS CAPACIDADES DE CIBERSEGURANÇA

O cenário da gestão eleitoral está a evoluir rapidamente, com os avanços tecnológicos a darem origem a oportunidades e desafios para os OGE em toda a região da SADC. Embora todos tenham agora OGE em funcionamento, o que reflete uma profissionalização crescente da administração eleitoral, os países membros da SADC enfrentam desafios globais, como a erosão da confiança, as ameaças à cibersegurança, as campanhas de desinformação e o desinteresse da juventude.

A integridade da informação e a cibersegurança tornaram-se desafios críticos para os OGE em todo o mundo. Um incidente recente na Roménia, onde a primeira volta das eleições presidenciais foi anulada devido a uma operação maciça de influência estrangeira que envolveu mais de 25 000 contas de TikTok latentes, sublinha a gravidade dessas questões (Muno, 2024). A natureza dual da tecnologia na gestão eleitoral é evidente, oferecendo numerosos benefícios, mas criando novos riscos (Global Witness, 2024). Com o custo do cibercrime estimado como sendo superior a 8 biliões de USD em 2024, a magnitude das ameaças cibernéticas é significativa (Softext, 2024).

África não é imune a essas ameaças, conforme evidenciado pela Operação Serengeti, que resultou na prisão de mais de 1000 pessoas em 19 países africanos, incluindo várias nações da SADC, devido a atividades cibernéticas criminosas (Africanews, 2024). Os OGE enfrentam um complexo leque de desafios de segurança cibernética, tendo em conta o seu perfil elevado como alvos atrativos, o cenário tecnológico em rápida evolução, as limitações de recursos, a dificuldade na obtenção e na retenção de pessoal qualificado e a natureza persistente dos ataques *online* que podem erodir a confiança do público.

Para combater esses desafios, a IFES estabeleceu a plataforma CIREN, congregando OGE, empresas tecnológicas e parceiros da sociedade civil para desenvolver formas padronizadas de lidar com as ameaças à cibersegurança. Consoante o mundo se dirige para uma era dominada pela IA e pelas tecnologias avançadas, é essencial uma abordagem proativa e colaborativa entre os sectores a fim de desenvolver estratégias novas para essas ameaças

A integridade da informação e a cibersegurança tornaram-se desafios críticos para os OGE em todo o mundo.

A interseção de IA, género e eleições apresenta um cenário complexo de oportunidades e desafios, em particular para as mulheres com atividade política.

em evolução. Ao promover o envolvimento com várias partes interessadas em relação às ameaças cibernéticas, os OGE podem trabalhar no sentido de cumprir as suas responsabilidades e proporcionar eleições credíveis, incorporando o princípio de que “trabalhar juntos é sucesso”.

2.3 IMPACTO DE GÉNERO DA IA NAS MULHERES E NAS ELEIÇÕES

A interseção de IA, género e eleições apresenta um cenário complexo de oportunidades e desafios, em particular para as mulheres com atividade política. A IA oferece aplicações promissoras nos processos eleitorais que podem beneficiar todos os participantes, incluindo a gestão de dados melhorada, a administração eleitoral aperfeiçoada e a segurança eleitoral robustecida. Tais avanços têm o potencial para nivelar o terreno de jogo para mulheres candidatas que possam ter menos recursos.

Porém, a IA também cria riscos significativos que afetam desproporcionalmente as mulheres com atividade política. A esfera digital amplifica a violência de género existente, havendo estudos que demonstram a existência de uma correlação direta entre o aumento do acesso das mulheres à internet e a subida da violência *online* contra elas. A escala dos abusos contra as mulheres propiciados pela IA é alarmante, com a grande maioria das falsificações profundas a serem de conteúdo sexual não consensual direcionado contra as mulheres.

A violência *online* contra as mulheres na política e nos sistemas de IA, que refletem e perpetuam a discriminação da vida real, são grandes preocupações. A falta de diversidade no desenvolvimento da IA conduz a preconceitos inerentes, ameaçando ainda mais a integridade do discurso político por meio de falsificações profundas e informações incorretas. Para atenuar esses riscos, é necessária uma abordagem multifacetada.

É crucial a implementação de políticas de tolerância zero para o discurso de ódio e o abuso nas plataformas legislativas e dos candidatos. A legislação sobre transparéncia das redes sociais deve incluir requisitos de relato específicos sobre a violência *online* contra mulheres com atividade política. A adoção de códigos de conduta que censurem os abusos baseados no género por parte de funcionários públicos, candidatos eleitorais e respetivo pessoal podem ajudar a criar um ambiente político mais seguro. A criminalização da violência *online* contra as mulheres e da desinformação de género que origina danos graves é outra etapa essencial (National Democratic Institute, 2022).

O envolvimento das empresas tecnológicas é vital para enfrentar esses desafios. Ao pressioná-las no sentido de recolher e partilhar dados sobre os abusos de género, será possível obter informações valiosas para a formulação de políticas. O desenvolvimento de um léxico global partilhado sobre as questões de género que considere os contextos locais pode ajudar a criar

sistemas de IA mais inclusivos. O incentivo às empresas tecnológicas com vista a que contratem equipas diversificadas para programar os sistemas de IA conduzirá a soluções que refletem melhor as visões sociais (Fundo das Nações Unidas para a População, n.d.).

Através dessas proteções robustas, a promoção da diversidade no desenvolvimento da IA e a criação de um ambiente digital mais inclusivo, o mundo pode trabalhar para assegurar que a IA sirva como ferramenta de empoderamento, e não de opressão, na participação política das mulheres. Somente através de tais esforços abrangentes poderemos aproveitar o potencial da IA para criar um processo democrático mais equitativo e representativo para todos. Essa abordagem não só dá resposta aos desafios imediatos, como também abre o caminho para um futuro em que a tecnologia aprofunde, em vez de dificultar, a participação das mulheres na política (iKNOW Politics, n.d.).

Capítulo 3

PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS PROCESSOS ELEITORAIS E IMPLICAÇÕES PARA ELEIÇÕES FUTURAS

Apesar do elevado número de registo de eleitores entre os jovens, muitos países da África Austral estão a sentir um declínio na participação da juventude nas eleições.

3.1 ENSINAMENTOS DE 2024 COMO GRANDE ANO ELEITORAL EM TERMOS DE AFLUÊNCIA ÀS URNAS E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA ÁFRICA AUSTRAL

O desafio da participação política da juventude na África Austral emergiu como uma questão crucial, com tendências recentes a indicarem uma desconexão preocupante entre o interesse dos jovens no processo eleitoral e a sua participação real. Apesar do elevado número de registo de eleitores entre os jovens, muitos países da África Austral estão a sentir um declínio na participação da juventude nas eleições. Esse paradoxo sugere uma questão subjacente mais profunda que requer a atenção urgente dos responsáveis políticos e partes interessadas da região.

Um dos principais fatores que contribuem para essa tendência é a transição para formas não tradicionais de envolvimento político no seio da juventude. Os jovens estão cada vez mais a gravitar para movimentos sociais, ativismo e estruturas políticas não convencionais como seus meios preferidos de participação (Timreck e Emmons, 2024). Essa mudança reflete uma crescente insatisfação com o sistema político estabelecido e um desejo de formas mais diretas e imediatas de envolvimento político. Em resultado, os mecanismos de votação tradicionais estão a tornar-se menos atrativos junto do segmento demográfico mais jovem.

Para enfrentar esse desafio, há uma necessidade premente de robustecer a educação cívica e promover uma maior consciencialização política entre os jovens. É crucial o empoderamento dos jovens com um entendimento abrangente do seu papel enquanto cidadãos e da importância da sua participação no processo democrático. Tal educação deve centrar-se não apenas na mecânica da votação, mas também nas implicações mais gerais do envolvimento político e no respetivo impacto na vida e nas comunidades dos jovens.



Oradora: Vera Banda, Comissão Eleitoral do Malawi. Sentados à frente, da esquerda para a direita: Comissário Richard Chapweteka e David Banda, Comissão Eleitoral do Malawi.

Porém, os esforços para aumentar a participação dos jovens são dificultados por uma carência significativa de dados desagregados sobre o seu envolvimento político. Essa lacuna de dados dificulta a conceção de intervenções direcionadas e eficazes (Youth Democracy Cohort, n.d.). Há uma necessidade clara de investigação mais aprofundada para entender melhor os fatores que influenciam o envolvimento dos jovens, ou a sua inexistência, nos processos eleitorais. Tal investigação facultaria informações valiosas sobre as motivações e preferências dos eleitores jovens, bem como sobre as barreiras à sua participação, possibilitando que os responsáveis políticos elaborassem estratégias mais reativas e eficazes.

A resposta ao desafio do desinteresse da juventude na África Austral exige uma abordagem multifacetada que envolva várias partes interessadas: OGE, partidos políticos, organizações da sociedade civil e instituições do Estado. Esses atores têm de colaborar para criar um ambiente que incentive e facilite a participação dos jovens (Boysen, 2015). Tal pode envolver reformas nas estruturas de governação para dar resposta às preocupações socioeconómicas subjacentes da juventude, bem como inovações no processo eleitoral a fim de o tornar mais acessível e atrativo para os eleitores mais jovens.

Embora facultem um ambiente natural para os jovens participarem, as plataformas digitais também correm o risco de agravar as desigualdades existentes, sobretudo para os jovens rurais e de rendimento baixo.

3.2 DIGITALIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS JOVENS NOS PROCESSOS ELEITORAIS

Desafios e oportunidades

A digitalização dos processos eleitorais em África cria um cenário complexo para o envolvimento dos jovens, oferecendo oportunidades e desafios. Embora facultem um ambiente natural para os jovens participarem, as plataformas digitais também correm o risco de agravar as desigualdades existentes, sobretudo para os jovens rurais e de rendimento baixo.

A definição atual de juventude em África, que vai habitualmente dos 18 aos 35 anos, necessita de ser reconsiderada. Essa ampla categorização pode limitar as oportunidades para as pessoas ainda consideradas “jovens” aos 35 anos, independentemente da sua maturidade ou da sua situação socioeconómica. Uma abordagem orgânica à participação dos jovens nos processos eleitorais, centrada na aptidão e na capacidade e não apenas na idade, poderia expandir o espaço político para os jovens possibilitando a participação em atividades políticas a partir dos 18 anos.

As plataformas digitais e redes sociais estão a transformar o envolvimento político entre os jovens, proporcionando-lhes um espaço familiar para fazerem ouvir a sua voz acerca dos processos democráticos e eleitorais. As redes sociais permitem que os jovens se organizem em torno dos temas que lhes interessam. Porém, se não for gerido adequadamente, o envolvimento digital pode alienar os jovens rurais e os que provêm de grupos de rendimento baixo.

O envolvimento aperfeiçoado dos jovens nos processos democráticos pode conduzir a responsabilização política acrescida, maior inovação na governação, redução da apatia dos eleitores e preparação mais precoce dos cidadãos para funções de liderança. No entanto, vários fatores dificultam o envolvimento significativo dos jovens nos processos eleitorais, incluindo a clivagem digital, as barreiras legais, as limitações financeiras, a ameaça de violência eleitoral e o risco de políticos explorarem os jovens para espalhar desinformação *online*.

Para enfrentar tais desafios e promover a participação inclusiva dos jovens, são recomendadas várias estratégias. Estas incluem a redução para 18 anos da idade mínima para todos os mandatos eletivos, a adotação de uma abordagem baseada nas competências, a expansão do acesso digital para incluir os jovens rurais e as mulheres jovens, a melhoria da educação sobre política e democracia, a implementação de programas de mentoria, o estabelecimento de assembleias de jovens em vários níveis e a exploração do registo de eleitores *online* (Fundo das Nações Unidas para a População, 2018).

As nações da África Austral podem aproveitar o potencial da digitalização para melhorar o envolvimento dos jovens nos processos eleitorais sem deixar

de dar resposta aos desafios da desigualdade e da exclusão. Tal abordagem contribuirá para o desenvolvimento de sistemas democráticos mais robustos e inclusivos em todo o continente, assegurando que as vozes dos jovens sejam ouvidas e o seu potencial de liderança se concretize plenamente.

Capítulo 4

ESTUDO DE CASO: INICIATIVAS EM CURSO PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL DA JUVENTUDE NA REGIÃO DA SADC

4.1 RESPONSABILIDADES DOS JOVENS NOS PROCESSOS ELEITORAIS – UM ESTUDO DE CASO DAS SEICHELES

O Conselho Nacional da Juventude das Seicheles (SNYC) desempenha um papel crucial no empoderamento dos jovens para que participem ativamente na sociedade. À data de agosto de 2024, as Seicheles contam com 20 198 eleitores elegíveis com idades entre os 18 e os 35 anos para as eleições de 2025, mas apenas 1555 constam do registo certificado, o que realça uma lacuna de registo significativa (Pillay, 2020). Para dar resposta a esse desafio, o SNYC implementou vários programas, como o Youth Tech, o Youth Troup Upgrade 101 e o Young Entrepreneur. A Assembleia Nacional da Juventude das Seicheles (SNYA) funciona como fórum educativo para nutrir o potencial de liderança e aumentar a consciencialização cívica entre os jovens.

Foi organizado um fórum de envolvimento eleitoral para assegurar uma participação relevante dos jovens nos diálogos eleitorais. O fórum, que incluiu representantes da SNYA, alunos do ensino secundário e jovens profissionais, revelou pontos de vista e desafios importantes. Os jovens expressaram o desejo de mais educação cívica sobre os direitos eleitorais e realçaram o potencial da tecnologia para melhorar o envolvimento e o registo dos eleitores (Nicette, 2024).

Com base nessas conclusões, foram propostas várias recomendações:

1. *Iniciativas digitais.* Implementar programas de literacia digital e melhorar as plataformas de registo de eleitores.
2. *Contacto de proximidade e educação.* Efetuar contacto de proximidade direcionado para os jovens marginalizados e aplicar métodos criativos para a educação dos eleitores.



Da esquerda para a direita: Jeanetta Ally – Assembleia Nacional da Juventude das Seicheles, Fabio Bargiachi – ECES, Abdul Rahman – Comissão Eleitoral da Maurícia, Brown Kasaro – Comissão Eleitoral da Zâmbia.

3. *Envolvimento sustentado.* Organizar fóruns anuais e estabelecer parcerias com escolas e ONG para iniciativas de educação cívica contínuas.

Para implementar estas recomendações com eficácia, foi proposto que as recomendações sobre jovens fossem integradas nas estratégias da Comissão Eleitoral, com monitorização e avaliação contínuas do seu impacto. A manutenção de parcerias com escolas, ONG e comunicação social foi vista como crucial para o sucesso a longo prazo no fomento de um processo eleitoral mais inclusivo e participativo que capacite os cidadãos jovens das Seicheles.

Ensinamentos obtidos

O estudo de caso facilita vários ensinamentos importantes obtidos sobre o envolvimento dos jovens no processo eleitoral nas Seicheles:

1. *Lacuna de registo.* Há uma disparidade significativa entre os jovens eleitores elegíveis (20 198) e os que estão realmente registados (1555)

Para implementar estas recomendações com eficácia, foi proposto que as recomendações sobre jovens fossem integradas nas estratégias da Comissão Eleitoral, com monitorização e avaliação contínuas do seu impacto.

para as eleições de 2025, o que indica a necessidade de melhorar os esforços de registo de eleitores.

2. *Programas de empoderamento dos jovens.* O SNYC implementou vários programas para envolvimento e empoderamento dos jovens, como o Youth Tech, o Youth Troup Upgrade 101 e o Young Entrepreneur.
3. *Assembleia da juventude.* A SNYA funciona como fórum educativo para desenvolver competências de liderança e consciência cívica entre os jovens.
4. *Fórum de envolvimento eleitoral.* A organização de fóruns com uma representação diversificada de jovens ajuda a conhecer os seus pontos de vista e os desafios por eles enfrentados no processo eleitoral.
5. *Desejo de educação cívica.* Os jovens expressaram a necessidade de mais educação sobre os seus direitos eleitorais.
6. *Potencial tecnológico.* É reconhecido o papel da tecnologia na melhoria do envolvimento dos jovens e na simplificação do registo de eleitores.

Capítulo 5

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

As discussões anteriores deram origem a um conjunto abrangente de recomendações de políticas, categorizadas em oito áreas temáticas principais. Tais recomendações visam dar resposta aos multifacetados desafios e oportunidades da era digital e da participação dos jovens, em particular no contexto da gestão eleitoral e dos processos democráticos.

1. Estratégias digitais e cibersegurança
2. Envolvimento e educação dos jovens
3. IA e tecnologias emergentes
4. Colaboração e partilha de conhecimento
5. Integridade da informação e envolvimento da comunicação social
6. Reforço de capacidades e desenvolvimento profissional
7. Quadros legais e reguladores
8. Investigação e análise de dados

Estas recomendações de políticas, quando implementadas, têm o potencial para melhorar significativamente a integridade, a eficiência e a inclusão nos processos eleitorais da era digital. Os quadros 5.1 a 5.8 facultam uma discriminação pormenorizada de intervenções políticas exequíveis para cada área temática, oferecendo um roteiro para que os responsáveis políticos e partes interessadas naveguem no cenário complexo da gestão eleitoral moderna.

Quadro 5.1. Questão temática: estratégias digitais e cibersegurança

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|---|--|---|
| Desenvolver estratégias digitais abrangentes para os OGE | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver conhecimento digital interno e equipas dedicadas para monitorizar as tendências emergentes Estabelecer diretrizes para o uso responsável da IA e das ferramentas digitais nos processos eleitorais | OGE; ECF-SADC |
| Aperfeiçoar as medidas de cibersegurança investindo em infraestruturas robustas, realizando auditorias de segurança e desenvolvendo planos de resposta a incidentes | <ul style="list-style-type: none"> Investir em infraestruturas robustas e efetuar auditorias de segurança periódicas Desenvolver planos de resposta a incidentes e atualizar os protocolos para fazer face às vulnerabilidades relacionadas com a IA Criar parcerias com empresas tecnológicas para atenuar as ameaças cibernéticas Trabalhar com empresas tecnológicas a fim de desenvolver e implementar algoritmos de IA politicamente neutros para conteúdo relacionado com eleições Patrocinar uma maior transparência das plataformas de redes sociais a respeito das suas políticas e práticas relacionadas com eleições | OGE; ECF-SADC; parceiros regionais e internacionais |
| Conceber processos eleitorais digitais que sejam acessíveis a todos | <ul style="list-style-type: none"> Conceber processos acessíveis a todos os eleitores, incluindo as pessoas com deficiência Dar resposta à clivagem digital para assegurar uma participação igual Implementar medidas para proteger os grupos marginalizados contra o assédio <i>online</i> | OGE; governos nacionais |

Quadro 5.2. Questão temática: envolvimento e educação dos jovens

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|--|---|--|
| Desenvolver programas de educação cívica abrangentes direcionados para os jovens a fim de fomentar a consciencialização e o envolvimento políticos | <ul style="list-style-type: none"> • Criar plataformas digitais orientadas para os jovens para registo de eleitores e disseminação de informações • Desenvolver iniciativas centradas na participação eleitoral e nos processos democráticos • Implementar programas de literacia digital para combater as informações incorretas e o discurso de ódio • Integrar a educação cívica nos currículos escolares • Potenciar abordagens criativas como vídeos e apoios de celebridades | OGE; ECF-SADC; governos nacionais e parceiros |
| Implementar iniciativas de literacia digital para combater as informações incorretas e o discurso de ódio | <ul style="list-style-type: none"> • Implementar programas abrangentes de literacia digital para os eleitores • Desenvolver campanhas direcionadas para consciencialização acerca da manipulação e da desinformação <i>online</i> • Facultar ferramentas e recursos aos jovens para verificação de informações e identificação de fontes credíveis | OGE |
| Desenvolver plataformas digitais orientadas para os jovens para registo de eleitores e informação | <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar plataformas de redes sociais para contacto de proximidade com os eleitores e campanhas educativas direcionadas para os eleitores jovens • Desenvolver plataformas digitais de utilização fácil para registo de eleitores e disseminação de informações | OGE |
| Dar resposta às preocupações socioeconómicas que afetam os jovens, como o desemprego, através de políticas e programas direcionados | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver políticas e programas destinados a reduzir o desemprego jovem e melhorar as oportunidades económicas • Assegurar que as plataformas e campanhas políticas tratem das questões fundamentais que afetam os jovens | Governos nacionais; partidos políticos |
| Apoiar formas alternativas de envolvimento político dos jovens para incentivar a participação nos processos eleitorais | <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e interagir com os movimentos sociais e o ativismo dirigidos por jovens • Criar canais formais para os jovens participarem nos processos de tomada de decisões além da votação | Governos nacionais |
| Melhorar a colaboração com organizações da sociedade civil (OSC) para incentivar a participação dos jovens nos processos eleitorais | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias com ONG e grupos da sociedade civil focados nos jovens para implementar iniciativas de educação e mobilização de eleitores • Apoiar organizações de base que trabalham no empoderamento político da juventude | OGE; OSC; ECF-SADC |

Quadro 5.2. Questão temática: envolvimento e educação dos jovens (suite)

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|---|--|----------------------------|
| Reconhecer e amplificar os contributos dos jovens, criando um ambiente dinâmico onde as ideias, iniciativas e realizações dos jovens sejam ativamente valorizadas e integradas na democracia e nos processos eleitorais | <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o papel vital da juventude no robustecimento da democracia • Apoiar iniciativas que fomentem o envolvimento dos jovens nos processos eleitorais • Criar mecanismos para a participação dos jovens nos processos de tomada de decisões além da votação | Governos nacionais; OGE |
| Aumentar a credibilidade das instituições eleitorais | <ul style="list-style-type: none"> • Implementar medidas de transparéncia para desenvolver a confiança nos processos e instituições eleitorais • Dar resposta às preocupações sobre a corrupção e as promessas por cumprir a fim de combater a desilusão dos jovens | Governos nacionais |

Quadro 5.3. Questão temática: IA e tecnologias emergentes

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|---|---|---|
| Melhorar o entendimento dos tipos e aplicações da IA | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver iniciativas centradas na participação eleitoral e nos processos democráticos Implementar programas de literacia digital para combater as informações incorretas e o discurso de ódio Integrar a educação cívica nos currículos escolares Potenciar abordagens criativas como vídeos e apoios de celebridades | OGE; OSC; ECF-SADC |
| Atenuar os riscos e potenciar as oportunidades que a IA oferece | <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer quadros de regulação para lidar com as utilizações indevidas da IA, como a desinformação e a manipulação de eleitores, sem deixar de aproveitar a IA para fins de segurança e eficiência eleitorais Investir em ferramentas de IA que melhorem a segurança eleitoral, o contacto seletivo com os eleitores e a eficiência administrativa, sem deixar de assegurar a transparência e a responsabilidade Atenuar os riscos e potenciar as oportunidades da IA | ECF-SADC; OGE; governos nacionais |
| Desenvolver diretrizes éticas para a utilização de IA nas eleições a fim de assegurar justiça, transparência e neutralidade | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e aplicar diretrizes éticas para a implantação de IA nos processos eleitorais a fim de assegurar justiça, transparência e neutralidade política | ECF-SADC; OGE; empresas tecnológicas; governos nacionais |
| Defender a sinalização do conteúdo gerado por IA nas campanhas eleitorais para impedir informações incorretas | <ul style="list-style-type: none"> Exigir que as empresas tecnológicas divulguem os algoritmos aplicados na moderação de conteúdo relacionado com eleições e no envolvimento dos eleitores Monitorizar a implementação de tecnologias de IA para assegurar a conformidade com os padrões éticos e os princípios democráticos | Empresas tecnológicas; OGE; governos nacionais |

Quadro 5.4. Questão temática: Colaboração e partilha de conhecimento

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|--|---|--|
| Implementar abordagens por várias partes interessadas para fomentar a colaboração | <ul style="list-style-type: none"> Incentivar parcerias entre OGE, empresas tecnológicas, OSC e instituições académicas para enfrentar coletivamente os desafios relacionados com a IA Estabelecer fóruns para diálogo e partilha de melhores práticas sobre a utilização ética da IA em contextos eleitorais | ECF-SADC; OGE; empresas tecnológicas |
| Promover a cooperação internacional e a partilha de melhores práticas | <ul style="list-style-type: none"> Participar na partilha transfronteiriça de melhores práticas e ensinamentos obtidos Participar em fóruns internacionais destinados a enfrentar os desafios digitais nas eleições Apoiar o desenvolvimento de padrões globais para a utilização de tecnologias digitais nos processos eleitorais | ECF-SADC; OGE; parceiros |
| Facilitar o diálogo contínuo entre as partes interessadas para enfrentar coletivamente os desafios digitais | <ul style="list-style-type: none"> Criar fóruns para o diálogo regular entre OGE, OSC e empresas tecnológicas Desenvolver iniciativas conjuntas para fazer face aos desafios digitais nas eleições Incentivar a partilha de conhecimento e melhores práticas entre diferentes grupos de partes interessadas | ECF-SADC; OGE; OSC; empresas tecnológicas; parceiros |
| Promover a representação dos jovens, incentivando os partidos políticos a que incluam candidatos jovens e abordem questões específicas dos jovens nas suas plataformas | <ul style="list-style-type: none"> Incentivar os partidos políticos a que incluam mais candidatos jovens e abordem questões específicas dos jovens nas suas plataformas Criar conselhos consultivos da juventude ou estruturas semelhantes para envolver os jovens nos processos de formulação de políticas | Partidos políticos; governos nacionais |
| Robustecer a colaboração regional | <ul style="list-style-type: none"> Apoiar a Rede Eleitoral do Oceano Índico para promover a integridade e a justiça eleitorais Incentivar a partilha de melhores práticas entre OGE na região | ECF-SADC |

Quadro 5.5. Questão temática: integridade da informação e envolvimento da comunicação social

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|--|--|---|
| Combater as informações incorretas e a desinformação por meio de campanhas direcionadas e parcerias com organizações da comunicação social a fim de promover informações eleitorais exatas | <ul style="list-style-type: none"> Implementar campanhas direcionadas para combater informações incorretas relacionadas com eleições Estabelecer parcerias com organizações da comunicação social para promover informações eleitorais exatas Patrocinar uma maior transparência das plataformas de redes sociais a respeito das políticas e práticas relacionadas com eleições | OGE; ECF-SADC; comunicação social; plataformas de redes sociais |
| Dar resposta aos impactos de género da violência facilitada pela IA | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver políticas para combater a violência de género facilitada pela IA, incluindo a desinformação e o assédio direcionado para as mulheres com atividade política Implementar quadros normativos que promovam a igualdade de género e protejam as mulheres candidatas contra os abusos <i>online</i> durante as eleições | ECF-SADC; governos nacionais; partidos políticos; parceiros |

Quadro 5.6. Questão temática: reforço de capacidades e desenvolvimento profissional

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|--|--|--------------------------|
| Investir em iniciativas de reforço de capacidades para que os OGE naveguem pelos avanços tecnológicos com eficácia | <ul style="list-style-type: none"> Investir em iniciativas de reforço de capacidades para que os OGE se mantenham na linha da frente dos avanços tecnológicos e naveguem pelas complexidades da IA com eficácia Ministrar formação sobre como reconhecer e combater as ameaças originadas por IA, como as falsificações profundas e as distorções algorítmicas Criar conhecimento sobre tecnologias emergentes nos OGE ministrando formação sobre como reconhecer e combater as ameaças originadas por IA, como as falsificações profundas e as distorções algorítmicas Promover programas educativos como o “Mestrado sobre política e administração eleitorais”, disponível <i>online</i>, para administradores eleitorais | ECF-SADC; OGE; parceiros |

Quadro 5.7. Questão temática: quadros legais e reguladores

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|---|--|-----------------------------------|
| Robustecer os quadros legais e reguladores que regem a utilização de tecnologias digitais e IA nas eleições da região | <ul style="list-style-type: none"> Atualizar as leis eleitorais para fazer face aos desafios causados pelas tecnologias digitais Desenvolver regulamentação clara sobre a utilização de IA e outras tecnologias emergentes nas eleições Estabelecer mecanismos para combater a manipulação digital e a desinformação durante os períodos eleitorais | Governos nacionais; OGE; ECF-SADC |
| Elaborar diretrizes éticas para a utilização de IA nas eleições da região | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e aplicar diretrizes éticas para a implantação de IA nos processos eleitorais a fim de assegurar justiça, transparência e neutralidade política Defender a sinalização do conteúdo gerado por IA nas campanhas eleitorais para impedir informações incorretas | ECF-SADC; governos nacionais |

Quadro 5.8. Questão temática: investigação e análise de dados

| Recomendações de políticas | Procedimentos | Quem |
|---|---|---|
| Melhorar a recolha e a análise de dados para fundamentar intervenções de apoio à participação dos jovens nas eleições e à digitalização | <ul style="list-style-type: none"> Implementar sistemas robustos de recolha de dados segregados por idade para registo e participação dos eleitores Efetuar inquéritos e estudos regulares para entender as atitudes políticas dos jovens e as barreiras à sua participação Promover investigação sobre as implicações dos diferentes modelos de IA nos processos eleitorais a fim de orientar uma utilização ética Monitorizar e avaliar o impacto das iniciativas implementadas | OGE; ECF-SADC; empresas tecnológicas; parceiros |
| Promover a colaboração e a investigação contínuas | <ul style="list-style-type: none"> Facilitar o diálogo e a partilha de conhecimento contínuos entre OGE Efetuar estudos adicionais para melhorar os processos eleitorais na região Providenciar apoio sustentado às eleições futuras | ECF-SADC; |

Capítulo 6

CONCLUSÕES

A digitalização dos processos eleitorais acarreta oportunidades sem precedentes e desafios significativos para a região da SADC. Para capitalizar os benefícios e atenuar eficazmente os riscos da digitalização, os OGE têm de adotar uma abordagem proativa, colaborativa e adaptativa que ponha o envolvimento dos jovens na linha da frente.

Tal requer um esforço concertado em várias frentes, conforme descrito abaixo:



Membros do Conselho Nacional da Juventude das Seicheles.

1. Desenvolver estratégias de IA abrangentes

Os OGE devem privilegiar o desenvolvimento e a implementação de estratégias de IA abrangentes que alavanquem os benefícios da IA, como a melhoria da eficiência, da exatidão e da acessibilidade, sem deixarem de atenuar os riscos potenciais, incluindo a distorção, a manipulação e a falta de transparência. Tais estratégias devem incluir diretrizes éticas claras, procedimentos robustos de testagem e validação e mecanismos para supervisão independente.

2. Implementar medidas de cibersegurança robustas e fomentar a cooperação regional

A crescente dependência das tecnologias digitais nas eleições exige uma maior incidência de atenções na cibersegurança. Os OGE têm de investir em medidas de segurança robustas para proteger as infraestruturas, os dados e os processos eleitorais contra ciberataques. Tal inclui a implementação de sistemas avançados de deteção e prevenção de ameaças, a realização de auditorias de segurança e testes de penetração periódicos e a formação do pessoal sobre melhores práticas de cibersegurança. Além disso, o fomento da cooperação regional por meio de partilha de informações, exercícios de formação conjunta e desenvolvimento de padrões de segurança comuns é essencial para fazer face ao cenário evolutivo da cibersegurança.

3. Conceber iniciativas de envolvimento dos jovens consonantes com as tendências do ativismo modernas

Para envolver eficazmente os jovens nos processos eleitorais, os OGE têm de conceber iniciativas consonantes com os seus valores, interesses e modos de comunicação. Tal inclui o aproveitamento das plataformas de redes sociais, tecnologias móveis e técnicas de ludificação para aumentar a consciencialização, o registo e a participação dos eleitores. Também envolve a criação de oportunidades para os jovens participarem na observação eleitoral, na educação cívica e nas campanhas políticas. Além disso, os OGE devem procurar ativamente o contributo de organizações de juventude e líderes de jovens para assegurar que as iniciativas de envolvimento sejam relevantes, inclusivas e impactantes.

4. Enfrentar a violência de género facilitada pela IA na política

A ascensão da IA criou novas vias para a violência de género na política, incluindo o assédio *online*, as campanhas de desinformação e a manipulação de imagens e vídeos. Os OGE têm de colaborar com forças policiais, plataformas de redes sociais e organizações da sociedade civil para fazer face a essas questões e proteger as mulheres candidatas, eleitoras e funcionárias eleitorais contra abusos facilitados pela IA. Tal inclui o desenvolvimento de políticas e procedimentos para denúncia e investigação de incidentes de violência *online*, a prestação de apoio às vítimas e a consciencialização acerca dos perigos da violência de género facilitada pela IA.

5. Aumentar a transparência e a responsabilidade nos processos eleitorais orientados por IA

Para manter a confiança e a fé do público nas eleições, os OGE têm de assegurar transparência e responsabilidade na utilização de tecnologias de IA. Tal inclui a prestação de explicações claras acerca de como são utilizados os sistemas de IA, disponibilizando publicamente o código-fonte e os algoritmos com vista à análise e ao estabelecimento de mecanismos para auditorias e avaliações independentes. Inclui também a interação com as partes interessadas para fazer face às preocupações e solicitar retroinformação sobre o uso da IA nas eleições.

6. Fomentar parcerias com várias partes interessadas para enfrentar desafios complexos

Os desafios e oportunidades inerentes à digitalização e ao envolvimento dos jovens são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem colaborativa que envolve um amplo leque de partes interessadas. Os OGE têm de fomentar ativamente parcerias com governos, organizações da sociedade civil, instituições académicas, empresas de tecnologia e organizações internacionais a fim de partilhar conhecimento, reunir recursos e coordenar esforços. Tal inclui o estabelecimento de plataformas para diálogo e colaboração, a condução de projetos conjuntos de investigação e desenvolvimento e a elaboração de estratégias e planos de ação comuns.

Adotando estas recomendações, a região da SADC pode trabalhar com vista a processos eleitorais mais inclusivos, seguros e tecnologicamente avançados. Tal abordagem não só envolverá todos os cidadãos, em especial os jovens, como também fortalecerá as bases da democracia na África Austral, fomentando um futuro onde todas as vozes são ouvidas e todos os votos contam.

Referências

- União Africana, "A Study on the Roles and Contributions of Youth to Peace and Security in Africa", Conselho de Paz e Segurança da União Africana, junho de 2020, <<https://www.peaceau.org/uploads/a-study-on-the-roles-and-contributions-of-youth-to-peace-and-security-in-africa-17-sept-2020.pdf>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Africanews, "Interpol arrests 1,006 cybercrime suspects across Africa in two months", 28 de novembro de 2024, <<https://www.africanews.com/2024/11/28/interpol-arrests-1006-cybercrime-suspects-across-africa-in-two-months/>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Beeckmans, R., e Matzinger, M., "Youth Participation in Electoral Processes: Handbook for Electoral Management Bodies", Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comissão Europeia, março de 2017, <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/2017%20-%20UNDP-EC%20-%20Youth%20Participation%20in%20Electoral%20Processes_Handbook%20for%20EMBs.pdf>, consultado em 19 de maio de 2025
- Boysen, S., "Strengthening Participation of Young People in South Africa's Electoral and Democratic Processes: Surveying the Understandings of Political Parties", Freedom House, 2015, <https://freedomhouse.org/sites/default/files/03302015_InterviewReport_1.pdf>, consultado em 20 de maio de 2025
- Bosch, T., "Twitter activism and youth in South Africa: The case of #RhodesMustFall", Information, Communication & Society, 20/2 (2017), págs. 221-32, <<https://www.humanrightscolumbia.org/biblio/twitter-activism-and-youth-south-africa-case-rhodesmustfall-0>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Global Witness, "What happened on TikTok around the annulled Romanian presidential election? An investigation and poll", 17 de dezembro de 2024, <<https://globalwitness.org/en/campaigns/digital-threats/what-happened-on-tiktok-around-the-annulled-romanian-presidential-election-an-investigation-and-poll/>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Harmon, S., "Democracy in the age of AI: New tools for political campaigning", Responsible Artificial Intelligence Institute, 31 de outubro de 2024, <<https://www.responsible.ai/democracy-in-the-age-of-ai-new-tools-for-political-campaigning/>>, consultado em 20 de maio de 2025
- iKNOW Politics, "Opportunities and challenges: Women's political participation in the digital age", [n.d.], <<https://iknowpolitics.org/en/discussion/opportunities-and-challenges-womens-political-participation-digital-age>>, consultado em 20 de maio de 2025
- International IDEA, "Strengthening pan-African capacities for electoral observation and assistance SPEC)", [n.d.], <<https://www.idea.int/project/strengthening-pan-african-capacities-electoral-observation-and-assistance>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Mawarire, E., "How a pastor found the courage to defy a dictator", *Journal of Democracy*, Online Exclusive, fevereiro de 2025, <<https://www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/how-a-pastor-found-the-courage-to-defy-a-dictator/>>, consultado em 20 de maio de 2025

- Muno, M., "Did TikTok influence Romania's presidential election?", Deutsche Welle, 7 de dezembro de 2024, <<https://www.dw.com/en/did-tiktok-influence-romania-presidential-election/a-70954832>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Musoni, M., "Artificial Intelligence for Electoral Administration and Management: A Pathway for Africa-EU Partnership", ETTG Policy Brief 7/2024, European Think tanks Group, novembro de 2024, <<https://ettg.eu/wp-content/uploads/2024/11/ETTG-Digital-Disinformation.pdf>>, consultado em 20 de maio de 2025
- National Democratic Institute, "Interventions for ending Online Violence Against Women in Politics", outubro de 2022, <<https://www.ndi.org/sites/default/files/NDI%20Interventions%20to%20End%20VAW-P.pdf>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Nicette, S., "Digitalisation and youth engagement key topics at SADC Electoral Forum in Seychelles", Seychelles News Agency, 11 de dezembro de 2024, <<http://www.seychellesnewsagency.com/articles/21668/Digitalisation+and+youth+engagement+key+topics+at+SADC+Elector>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Pillay, L., "YouthRegister2Vote SNYA launches new project to increase youth engagement in electoral process", Seychelles Nation, 16 de janeiro de 2020, <<https://www.nation.sc/articles/3125/youthregister2vote-snya-launches-new-project-to-increase-youth-engagement-in-electoral-process>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Robins, S., "The 2011 toilet wars in South Africa: Justice and transition between the exceptional and the everyday after apartheid", *Development and Change*, 45/3 (2014), págs. 479-501, <<https://doi.org/10.1111/dech.12091>>
- Softext, "The true cost of ransomware in 2024", 24 de setembro de 2024, <<https://softext.co.uk/the-true-cost-of-ransomware-in-2024/>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Timreck, S., e Emmons, C., "Understanding Young People's Political and Civic Engagement as a Counter to Democratic Backsliding", Learning Agenda Evidence Report, Fundação Internacional de Sistemas Eleitorais, dezembro de 2024, <<https://www.ifes.org/sites/default/files/2025-01/Youth%20Learning%20Agenda%20Report%202025.pdf>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Fundo das Nações Unidas para a População, "Preventing Technology-facilitated Gender-based Violence (TF GBV)", [n.d.], <https://www.un.org/digital-emerging-technologies/sites/www.un.org.techenvoy/files/GDC-Submission_UNFPA.pdf>, consultado em 20 de maio de 2025
- , "Guidance on Enhancing Youth Participation in East and Southern Africa: 2018 Report", 2018, <<https://esaro.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/GUIDANCE%20ON%20ENHANCING%20YOUTH%20PARTICIPATION%20IN%20ESA.pdf>>, consultado em 20 de maio de 2025
- Watson, A., e Habte, F., "Digital Threats to Elections: Learning from What Has Worked in Africa", Global Public Policy Institute, julho de 2024, <https://gppi.net/assets/WatsonHabte_Digital-Threats-to-Elections_2024_final.pdf>, consultado em 20 de maio de 2025
- Youth Democracy Cohort, "Global Youth Participation Index (GYPI)", [n.d.], <<https://youthdemocracycohort.com/global-youth-participation-index/>>, consultado em 20 de maio de 2025

Sobre a IDEA International

O Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA International) é uma organização intergovernamental com 35 Estados-Membros fundada em 1995, com a missão de apoiar a democracia sustentável em todo o mundo. Com 20 escritórios em todo o mundo e operações em mais de 60 países, o IDEA International tem acesso único e oportunidades de advocacy junto a atores políticos em todos os níveis, bem como um considerável poder de convocação entre a sociedade civil global. Desde 2003, o IDEA International tem status de observador na Assembleia Geral da ONU; em 2023, o Instituto foi admitido no processo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima como uma organização observadora intergovernamental.

<<https://www.idea.int>>

Este documento orientativo resulta da 26.ª Conferência Geral Anual do Fórum de Comissões Eleitorais dos Países da SADC (ECF-SADC), realizada nas Seicheles em 11 de dezembro de 2024. O documento sintetiza ideias de um distinto painel de especialistas em eleições regionais e internacionais. O seminário, apoiado pelo International IDEA através do projeto “Fortalecer as capacidades pan-africanas para a observação e a assistência eleitorais” (SPEC), financiado pela União Europeia, congregou peritos eleitorais, responsáveis políticos e partes interessadas de toda a região da SADC.

O documento analisa a interseção crítica entre a digitalização e o envolvimento dos jovens nos processos eleitorais da região da SADC. Fala das oportunidades e dos desafios apresentados pelas ferramentas digitais nas eleições, juntamente com estratégias para melhorar a participação dos jovens enquanto eleitores, candidatos e educadores cívicos. Além disso, trata de preocupações primordiais, como as ameaças à cibersegurança, a clivagem digital, a disseminação da desinformação e o impacto de género da IA nas mulheres com atividade política. Este documento oferece recomendações de políticas direcionadas e informações exequíveis, servindo como recurso vital para OGE, governos nacionais, partidos políticos, OSC, meios de comunicação e parceiros internacionais e regionais comprometidos com o robustecimento da democracia na África Austral.